



Demonstrações Financeiras 2023

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 22/02/2024, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Roberto Menezes de Vargas
Diretor Executivo
CPF: 681.998.300-00

Almir Augusto Martini
Diretor de Operações
CPF: 395.247.361-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2023

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Ouro Verde do Mato Grosso -
Sicredi Ouro Verde MT**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório da Administração



Somos o

Sicredi

A primeira instituição
financeira cooperativa
do Brasil

Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em todos os estados e Distrito Federal
- Temos agências em mais de 1,9 mil municípios
- Em mais de 200 municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos mais de 7,5 milhões de associados, além da presença no ecossistema digital
- Temos mais de 2,6 mil agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

 Conta corrente
 Cartões

 Investimentos
 Seguros

 Consórcios
 Máquina de cartões

 Cambio
 Crédito e muito mais

Durante o exercício de 2023 destacamos os seguintes fatos administrativos:

Com foco na expansão dos negócios, inauguramos três novas agências em Cuiabá: Agência Getúlio, localizada em uma das mais importantes avenidas da capital mato-grossense; a Agência Imperial, para atender a uma região em franco crescimento e a Agência Distrito da Guia, localizada na comunidade de mesmo nome, distante 30 quilômetros do centro da cidade e que não contava com os serviços de uma instituição financeira. Também inauguramos um novo espaço administrativo da Sede, em Cuiabá, e o Espaço Sicredi Unilasalle, em Lucas do Rio Verde, este último com o objetivo de fomentar a inovação e a aproximação com a comunidade acadêmica. Em 2023, os municípios de Itanhangá, Ipiranga do Norte, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro e Nobres receberam agências novas ou revitalizadas, para promover um relacionamento ainda mais próximo com os associados.

Em cerimônia realizada no dia 05/12/23, em Brasília, fomos reconhecidos como Ouro na categoria Rumo à Excelência do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC). O objetivo do programa, mantido pelo Sescoop, é promover o desenvolvimento da autogestão das cooperativas, e o reconhecimento demonstra a evolução da cooperativa na adoção de boas práticas de gestão e de governança.

Fomos premiados nas categorias Inovação em Finanças Verdes e Inovação Colaborativa, no Reconhecimento Inovação com Propósito – Recip, uma iniciativa do Instituto Fenasbac, apoiada pelo Banco Central do Brasil e pela UNFCU – ONU, que mensura a entrega de resultados não-financeiros das cooperativas de crédito, reconhece as melhores práticas e aponta referenciais, fomentando o desenvolvimento sustentável do setor e comunicando seu valor à sociedade.

Atuamos para promover o desenvolvimento local por meio do Fundo Social. Além de apoiar projetos de entidades sem fins lucrativos da região, em 2023 o Fundo Social também fomentou a realização do 2º Hackathon Desenvolvimento Sustentável, realizado em Cuiabá, que mobilizou pessoas para encontrar soluções sustentáveis para desafios relacionados à diversidade, inclusão e equidade nas empresas e economia circular.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÉS MULHER E JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 27 anos de existência, o programa já impactou mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes em 650 municípios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Com o programa Cooperativas Escolares, também incentivamos o protagonismo entre estudantes. E com o Dia C, estimulamos o voluntariado entre nossos colaboradores, realizando ações que geram impacto positivo nas comunidades.

Ratings atribuídos ao Sicredi pelas principais agências de riscos do mundo:

AA+{bra} – Fitch
AAA.br – Moody's
brAAA – Standard&Poor's

Reconhecimentos

Em 2023 fomos reconhecidos, em vários dos mais célebres rankings e premiações nacionais e internacionais tais como:

- Reconhecimento pelo Environmental Finance Impact Awards 2023, categoria Lender of the year,
- Premiação em três categorias do Open Summit Awards 2023, 1º lugar na categoria "Destaque S3/S4/S5",
- Prêmio Environmental Finance Bond Awards, na categoria Empréstimo Social para mulheres empreendedoras,
- Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW,
- Reconhecimento pelo BNDES com o 1º lugar nas categorias "Atendimento ao Cliente" e "Economia Verde".



EY
Building a better
working world

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
Lucas do Rio Verde - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



EY

Building a better
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

ATIVO		31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
		10.275.190	8.375.609		8.943.613	7.271.284
ATIVO				PASSIVO		
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	13.097	20.387	DEPÓSITOS	(Nota 11)	4.755.841
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		10.387.269	8.448.487	Depósitos à vista		1.057.880
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	421.345	41.093	Depósitos de poupança		9.693
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	3.549.624	2.983.411	Depósitos interfinanceiros		5.516
Centralização financeira	(Nota 04)	620.517	324.071	Depósitos a prazo		165.828
Relações interfinanceiras ativas		204	132	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.522.440
Operações de crédito	(Nota 07)	5.385.084	4.785.056	Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 12)	10.818
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	410.495	314.724	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	3.638.890
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(257.192)	(199.177)	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	12.919
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	23.694	16.965	Obrigações por repasses	(Nota 15)	-
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	102.187	81.186	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	55.911
INTANGÍVEL	(Nota 10)	6.135	7.761	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	983
				OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	1.501
						468.251
						354.124
TOTAL DO ATIVO		10.275.190	8.375.609	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	1.331.577
				CAPITAL SOCIAL		578.537
				RESERVAS DE SOBRAS		673.702
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		584.495
						79.338
						63.306
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.275.190	8.375.609

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

Descrição das contas		01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		679.576	1.189.165	894.471
Operações de crédito	(Nota 07)	408.348	697.827	648.473
Resultado de títulos e valores mobiliários		243.689	441.316	145.335
Ingressos de depósitos intercooperativos		27.539	50.022	100.663
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(477.327)	(789.056)	(564.798)
Operações de captação no mercado	(Nota 22)	(194.935)	(362.858)	(258.352)
Operações de empréstimos e repasses		(178.278)	(254.376)	(216.331)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(104.114)	(171.822)	(90.115)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		202.249	400.109	329.673
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(69.781)	(148.249)	(140.167)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 23)	74.151	128.782	87.939
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 24)	11.757	22.787	20.368
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 25)	(55.882)	(106.077)	(88.699)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 26)	(67.409)	(135.777)	(115.911)
Dispêndios e despesas tributárias		(591)	(1.182)	(1.046)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 27)	25.388	43.765	39.531
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 28)	(57.195)	(100.547)	(82.349)
RESULTADO OPERACIONAL		132.468	251.860	189.506
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		132.468	251.860	189.506
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 20)	990	-	-
Provisão para Imposto de Renda		610	-	-
Provisão para Contribuição Social		380	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(14.686)	(25.669)	(14.439)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		118.772	226.191	175.067

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT

CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	366.717	468.740	42.124	76.407	953.988
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	71.801	-	-	(71.805)	(4)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Outras destinações	-	-	-	(602)	(602)
Capital de associados					
Aumento de capital	24.453	-	-	-	24.453
Baixas de capital	(34.443)	-	-	-	(34.443)
Reversões de reservas	-	-	(5.853)	5.853	-
Resultado do exercício	-	-	-	175.067	175.067
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(6.594)	(6.594)
Juros sobre o capital próprio	27.996	-	-	(30.217)	(2.221)
Reserva legal - Estatutária	-	59.349	-	(59.349)	-
Reserva de expansão	-	-	1.319	(1.319)	-
Reserva de expansão - Recuperação de prejuízo	-	9.408	9.408	(18.816)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	456.524	537.497	46.998	63.306	1.104.325
Mutações do Exercício	89.807	68.757	4.874	(13.101)	150.337
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	456.524	537.497	46.998	63.306	1.104.325
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	59.010	-	-	(59.020)	(10)
Destinação para FATES	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Outras destinações	-	-	-	(286)	(286)
Reversão Reserva Legal/Absorção Perdas	(1)	-	-	-	(1)
Capital de associados					
Aumento de capital	56.655	-	-	-	56.655
Baixas de capital	(32.789)	676	-	-	(32.113)
Reversões de reservas	-	-	(5.548)	5.548	-
Resultado do exercício	-	-	-	226.191	226.191
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(14.104)	(14.104)
Juros sobre o capital próprio	39.138	-	-	(42.455)	(3.317)
Reserva legal - Estatutária	-	79.338	-	(79.338)	-
Reserva expansão - Estatutária	-	-	1.763	(1.763)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	12.978	(12.978)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.763)	(1.763)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	578.537	617.511	56.191	79.338	1.331.577
Mutações do Exercício	122.013	80.014	9.193	16.032	227.252
Saldos no início do semestre em 01/07/2023 (Não auditado)	516.505	537.497	46.998	107.419	1.208.419
Capital de associados					
Aumento de capital	33.306	-	-	-	33.306
Baixas de capital	(10.412)	676	-	-	(9.736)
Reversões de reservas	-	-	(5.548)	5.548	-
Resultado do semestre	-	-	-	118.772	118.772
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(14.104)	(14.104)
Juros sobre o capital próprio	39.138	-	-	(42.455)	(3.317)
Reserva legal - Estatutária	-	79.338	-	(79.338)	-
Reserva expansão - Estatutária	-	-	1.763	(1.763)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	12.978	(12.978)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.763)	(1.763)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	578.537	617.511	56.191	79.338	1.331.577
Mutações do Semestre	62.032	80.014	9.193	(28.081)	123.158

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	214.868	396.048	267.234
Resultado do semestre/exercício	118.772	226.191	175.067
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	96.096	169.857	92.167
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	104.114	171.822	90.115
Distribuição de dividendos	(452)	(850)	(1.590)
Provisão para desvalorização de outros ativos	133	724	502
Depreciação e amortização	6.285	12.227	10.269
Baixas do ativo permanente	394	556	270
(Reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(274)	(518)	(805)
Destinações ao FATES	(14.104)	(14.104)	(6.594)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	126.800	43.909	929.047
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(350.099)	(380.252)	(8.604)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	69.109	(432.405)	(749.134)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	34.129	(72)	216
(Aumento) em operações de crédito	(886.425)	(713.835)	(477.589)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	10.818	10.818	-
Aumento em relações interfinanceiras passivas	306.168	360.419	1.194.577
(Aumento) em outros ativos financeiros	(67.413)	(94.921)	(86.294)
(Aumento) em outros ativos	(2.469)	(7.453)	(4.798)
Aumento em depósitos	922.779	1.184.356	924.972
Aumento em passivos financeiros	1.432	7.613	33.863
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.200)	(4.486)	(4.374)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(3.685)	(7.328)	(8.027)
Aumento em outros passivos	94.656	121.455	114.239
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	341.668	439.957	1.196.281
Aquisição de imobilizado de uso	(18.464)	(30.723)	(24.614)
Aplicações no intangível	(657)	(1.435)	(2.503)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(19.121)	(32.158)	(27.117)
Aumento de capital	33.306	56.655	24.453
Baixa de capital	(9.736)	(32.113)	(34.443)
Fundos estatutários	(1.763)	(1.763)	(1.319)
Juros ao capital próprio	(3.317)	(3.317)	(2.221)
Distribuição de Sobras	-	(4.297)	(4.606)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	18.490	15.165	(18.136)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	341.037	422.964	1.151.028
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.524.134	2.442.207	1.291.179
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	2.865.171	2.865.171	2.442.207

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	118.772	226.191	175.067
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	118.772	226.191	175.067

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 03/09/1990 e sede situada na Avenida Brasil, 2022, na cidade de Lucas do Rio Verde - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2023, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.600 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 33 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2024.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 10.303 (dezembro de 2022 - R\$ 3.754) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado os valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recurrentes e não recurrentes

Resultados recurrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recurrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	13.097	20.387
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	2.231.557	2.097.749
Centralização financeira	620.517	324.071
Total	2.865.171	2.442.207

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2023 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2022 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2023				31/12/2022	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Depósitos interfinanceiros entre Cooperativas do Sicredi	62.709	220.277	84.194	367.180	-	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	54.165	54.165	41.093	
Total	62.709	220.277	138.359	421.345	41.093	
Total circulante				282.986	-	
Total não circulante				138.359	41.093	

As aplicações de Depósitos Interfinanceiros entre Cooperativas do Sicredi são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez. Por ser um leilão, a taxa varia na aplicação, mas tem mínimo de 105% do CDI.

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de receíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - CPR	34.456	666.081	346.631	1.047.168	707.471	
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	690.745	-	-	690.745	848.562	
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	1.540.812	-	-	1.540.812	1.249.187	
Participações de Cooperativas	-	-	270.899	270.899	178.191	
Total	2.266.013	666.081	617.530	3.549.624	2.983.411	
Total circulante				2.932.094	2.734.444	
Total não circulante				617.530	248.967	

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passaram a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitalis - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2023	31/12/2022
Sicredi Participações S.A.	57.898	57.898
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	212.997	120.289
Total	270.899	178.191

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2023, os quais passaram a ser apresentados, a partir de dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários - participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas possuídas	19.151.744 ON 38.746.063 PN	19.151.744 ON 38.746.063 PN	4 Quotas	4 Quotas	212.997.735 Quotas	120.288.713 Quotas
Percentual de participação	1,33% 1,80%		2,29% 2,29%		21,93% 21,48%	
Capital social	4.341.716	2.108.211	161	161	971.071	559.963
Patrimônio líquido	4.427.933	2.111.744	416.033	368.071	987.882	570.217
Resultado líquido do exercício	120.326	(15.246)	46.767	33.761	(1.590)	(2.064)
Valor das participações das cooperativas	57.898	57.898	4	4	212.997	120.289

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2023			31/12/2022	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	67.397	514.047	1.756.608	1.145.940	3.483.992	2.860.384
Financiamentos	4.891	68.649	188.102	385.737	647.379	740.369
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.744	52.988	634.126	554.275	1.243.133	1.184.303
Financiamentos habitacionais	13	143	306	10.118	10.580	-
Total das operações de crédito	74.045	635.827	2.579.142	2.096.070	5.385.084	4.785.056
Avais e fianças honrados (Nota 08)	2.323	195	-	-	2.518	297
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	2.906	2.641	15.100	20.647	27.646
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	258.370	89.245	1.134	348.749	256.695
Total de outros créditos	2.323	261.471	91.886	16.234	371.914	284.638
Carteira total	76.368	897.298	2.671.028	2.112.304	5.756.998	5.069.694
Total circulante					3.644.694	3.005.648
Total não circulante					2.112.304	2.064.046

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AA	-	189.215	242.416	-	-
A	0,50	3.002.908	2.713.165	15.015	13.565
B	1,00	1.773.602	1.496.810	17.737	14.967
C	3,00	398.374	324.075	11.951	9.722
D	10,00	122.940	82.698	12.294	8.270
E	30,00	48.683	47.955	14.605	14.387
F	50,00	32.234	30.130	16.117	15.062
G	70,00	65.229	30.804	45.660	21.563
H	100,00	123.813	101.641	123.813	101.641
Total		5.756.998	5.069.694	257.192	199.177

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui cobranças em garantias prestadas no montante de R\$ 1.338.951 (dezembro de 2022 - R\$ 751.659) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 30). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 17.687 (dezembro de 2022 - R\$ 9.424) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2023			31/12/2022	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	43.083	536.828	1.546.388	802.960	2.929.259	2.445.342
Rural	1.744	52.988	634.126	554.275	1.243.133	1.184.303
Industrial	804	8.164	17.319	31.275	57.562	42.346
Comércio	13.316	148.622	231.530	301.045	694.513	666.874
Habitacional	13	143	307	10.117	10.580	-
Pessoas jurídicas	17.408	150.553	241.358	412.632	821.951	730.829
Total	76.368	897.298	2.671.028	2.112.304	5.756.998	5.069.694
Total circulante					3.644.694	3.005.648
Total não circulante					2.112.304	2.064.046

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
10 maiores devedores	677.965	11,78	584.825	11,54
50 devedores seguintes	1.184.626	20,58	942.939	18,60
100 devedores seguintes	875.627	15,21	731.656	14,43
Demais	3.018.780	52,44	2.810.274	55,43
Total	5.756.998	100,01	5.069.694	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	215.436	199.177	157.973
Constituição de provisão	158.912	277.204	203.954
Reversão de provisão	(54.798)	(105.382)	(113.839)
Movimento da provisão para perdas no resultado	104.114	171.822	90.115
Movimentação de baixados para prejuízo	(62.358)	(113.807)	(48.911)
Saldo final	257.192	257.192	199.177

f) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e títulos descontados	418.824	356.018
Financiamentos	111.466	100.465
Financiamentos rurais e agroindustriais	143.604	165.399
Financiamentos habitacionais	691	-
Outros	479	304
Subtotal	675.064	622.186
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	22.763	26.287
Total	697.827	648.473

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 111.136 (2022 - R\$ 47.918).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	348.749	256.695
Rendas a receber	11.566	9.009
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	20.647	27.646
Avalias e fianças honrados (Nota 07)	2.518	297
Transações com cartão de crédito	20.166	15.267
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	6.849	5.810
Total	410.495	314.724
Total circulante	387.410	287.467
Total não circulante	23.085	27.257

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros valores e bens	2.774	2.358
Adiantamentos e antecipações salariais	592	507
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.156	1.393
Adiantamentos para Confederação Sicredi	4.071	1.433
Atualização monetária sobre Dls (Central)	3.425	2.951
Impostos e contribuições a compensar	1.837	917
Pendências a regularizar	1.656	2.102
Valores a receber Portabilidade	12	-
Valores a receber SFG	310	467
Outros	443	78
Total circulante	17.276	12.206
Outros valores e bens	6.418	4.759
Total não circulante	6.418	4.759
Total	23.694	16.965

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	12.476	9.696
Imóveis	10.377	9.696
Veículos e afins	2.099	-
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(3.465)	(2.741)
Despesas antecipadas	181	162
Total	9.192	7.117

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(2.741)	(2.239)
Constituição de provisão	(810)	(738)
Reversão de provisão	86	236
Saldo final	(3.465)	(2.741)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2023			31/12/2022	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	137.827	(35.640)	102.187	81.186	
Imobilizações em curso	-	26.941	-	26.941	20.526	
Terrenos	-	4.932	-	4.932	4.932	
Edificações	4%	28.638	(4.603)	24.035	25.168	
Instalações	10%	5.540	(1.364)	4.176	3.993	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	23.590	(11.238)	12.352	5.323	
Móveis e equipamentos	10%	23.355	(5.661)	17.694	10.942	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.742	(824)	918	861	
Equipamentos de processamento de dados	20%	22.572	(11.567)	11.005	9.238	
Veículos	20%	517	(383)	134	203	
Intangível		29.909	(23.774)	6.135	7.761	
Investimentos Confederação	20%	29.909	(23.774)	6.135	7.761	

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2023				31/12/2022	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Depósitos à vista	1.057.880	-	-	1.057.880	880.251	
Depósitos de poupança	9.693	-	-	9.693	5.516	
Depósitos interfinanceiros	20.193	3.395	142.240	165.828	246.180	
Depósitos a prazo	10.981	434.905	3.076.554	3.522.440	2.439.538	
Total	1.098.747	438.300	3.218.794	4.755.841	3.571.485	
Total circulante				1.537.047	1.119.872	
Total não circulante				3.218.794	2.451.613	

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI)	-	2.398	8.420	10.818	-	
Total	-	2.398	8.420	10.818	-	
Total circulante				2.398		-
Total não circulante				8.420		-

A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Repasses interfinanceiros	3.638.890	3.278.470
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	1
Total	3.638.890	3.278.471

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	65.954	951.939	722.155	1.740.048	1.811.949
Total - Recursos do Crédito Rural	65.954	951.939	722.155	1.740.048	1.811.949
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	262.689	1.226.882	409.271	1.898.842	1.466.521
Total - Outros Recursos	262.689	1.226.882	409.271	1.898.842	1.466.521
Total	328.643	2.178.821	1.131.426	3.638.890	3.278.470
Total circulante				2.507.464	2.304.924
Total não circulante				1.131.426	973.546

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,4% a.a. com vencimentos até 15/10/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	4.519	8.400	12.919	17.280
Total	-	4.519	8.400	12.919	17.280
Total circulante				4.519	4.680
Total não circulante				8.400	12.600

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% a.a. com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
BNDES	-	-	-	-	125
Total	-	-	-	-	125
Total circulante					125

As obrigações por repasses taxa até 3,75% a.a. com vencimento em 04/06/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.288	2.267
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	4.336	4.011
Recursos em trânsito de terceiros	3.888	4.863
Total circulante	12.512	11.141
Provisão para garantias financeiras prestadas	13.399	7.157
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	30.000	30.000
Total não circulante	43.399	37.157
Total	55.911	48.298

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de crédito de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, celebrado pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	Provável	194	254
Cível	Provável	784	1.106
Tributária	Provável	5	141
Total não circulante		983	1.501

Natureza	31/12/2022	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2023
Trabalhista	254	12	(72)	194
Cível	1.106	331	(653)	784
Tributária	141	5	(141)	5
Total não circulante	1.501	348	(866)	983

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Cível	126	8.314	116	10.052
Tributária	13	4.998	14	2.941
Trabalhista	1	81	-	-
Total	140	13.393	130	12.993

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento os processos 1261856 e 001/2023 versando sobre matéria tributária, a respeito de ICMS e ISSQN com valor estimado de R\$ 3.412 (dezembro de 2022 R\$ 3.412). Cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível. No entendimento da cooperativa os créditos de contribuição previdenciária apontados efetivamente existem e são suficientes para compensação integral dos débitos informados.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 6.849 (dezembro de 2022 - R\$ 5.810), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Transações com cartões de crédito	360.173	275.877
Provisão para pagamentos a efetuar	18.151	13.833
Cotas de capital a pagar	17.293	14.706
Provisão para participações nos lucros	23.355	13.469
Fundo de assistência técnica, educacional e social	17.371	6.594
Fundos voluntários	3.228	4.971
Impostos e contribuições a recolher	7.267	6.032
Credores diversos	20.363	16.642
Cheques administrativos	9	-
Cobrança e arrecadação de tributos	756	1.211
Pendências a regularizar	285	789
Total	468.251	354.124

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	578.537	456.524
Total de associados	153.036	131.055

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do capital social foi de R\$ 122.013 (dezembro de 2022 – R\$ 89.807), sendo R\$ 98.147 (dezembro de 2022 – R\$ 99.797) via integralização de resultados e R\$ 56.655 (dezembro de 2022 – R\$ 24.453), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 32.789 (dezembro de 2022 – R\$ 34.443).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,37% em conta capital, no montante de R\$ 42.455 (dezembro de 2022 – R\$ 30.217), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a Reserva Legal

A partir de dezembro de 2023, a cooperativa passou a contabilizar a reversão de capital a pagar não procurado pelos ex associados há mais de dez anos, anteriormente destacado do capital para o passivo, conforme o disposto na Lei Complementar nº 196/22, no valor de R\$ 676.

d) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

Descrição		31/12/2023		31/12/2022
Resultado do período		226.191		175.067
(-) Juros sobre capital próprio		(42.455)		(30.217)
(+) Reversões de reservas		5.548		5.853
(-) Recuperação de Prejuízo		(12.978)		(18.816)
(=)Base de calculo das destinações estatutárias		176.306		131.887
<hr/>				
Descrição	% das destinações	31/12/2023	% das destinações	31/12/2022
FATES	8%	(14.104)	5%	(6.594)
Reserva Legal	45%	(79.338)	45%	(59.349)
Reserva/Fundo de Expansão	1%	(1.763)	1%	(1.319)
Fundo Social	1%	(1.763)	1%	(1.319)
(=)Total das destinações		(96.968)		(68.581)
Sobras Líquidas a disposição da AGO		79.338		63.306

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

A Reserva/Fundo de Expansão é destinada as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação.

O Fundo Social é destinado a apoiar ações de interesse coletivo, desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores, conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	251.860	189.506
Participação nas sobras	(25.669)	(14.439)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	226.191	175.067
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(90.476)	(71.778)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	86.355	70.238
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	16.982	12.389
Demais adições e exclusões previstas na legislação	344	574
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	421.345	41.093	
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	3.549.624	2.983.411	
Centralização financeira (Nota 04)	620.517	324.071	
Outros ativos financeiros (Nota 08)	10.737	7.119	
Outros ativos (Nota 09)	7.806	4.851	
Intangível (Nota 10)	6.135	7.761	
Passivo			
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	165.828	246.180	
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	3.638.890	3.278.470	
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	12.919	17.280	
Outros passivos (Nota 18)	352.109	255.773	
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	68.672	68.022	
Receitas			
Resultado títulos e valores mobiliários	441.316	145.335	
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	28.365	14.692	
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 27)	6.053	3.660	
Ingressos de depósitos intercooperativos	50.022	100.663	
Despesas			
Operações de captação no mercado (Nota 22)	33.369	30.962	
Operações de empréstimos e repasses	254.375	216.321	
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 26)	11.123	9.787	
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 28)	42.275	41.752	

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2023	% em relação ao total	31/12/2022
Depósitos à vista	2.346	0,22%	307
Depósitos a prazo	10.450	0,30%	11.116
Operações de crédito	22.311	0,41%	10.176

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Pessoas chave da administração	6.125	5.604

NOTA 22 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos de poupança	255	453	279
Depósitos interfinanceiros	12.977	28.187	26.951
Depósitos de aviso prévio	295	608	603
Depósitos a prazo	175.510	322.511	221.996
Letras de crédito imobiliário	53	53	-
Letras financeiras	2.605	5.182	4.011
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	3.240	5.864	4.512
Total	194.935	362.858	258.352

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança	4.465	8.983	9.062
Comissões	329	772	393
Consórcios	4.296	8.021	5.357
Convênios	1.655	3.359	3.290
Distribuição de produtos e serviços bancários	18.434	27.652	13.987
Processamento da compensação	71	136	143
Seguros	10.414	18.567	13.897
Taxas e tarifas	830	1.696	1.976
Serviços de pagamento	28.315	49.936	37.692
Antecipação de recebíveis	4.984	8.948	1.382
Outros serviços	358	712	760
Total	74.151	128.782	87.939

NOTA 24 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Pacotes de serviços - PF	6.351	12.393	11.350
Serviços prioritários - PF	161	354	411
Serviços diferenciados - PF	1	2	5
Serviços especiais - PF	5	6	-
Tarifas bancárias - PJ	5.239	10.032	8.602
Total	11.757	22.787	20.368

NOTA 25 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	30.963	59.924	50.651
Benefícios	11.984	22.771	18.610
Encargos sociais	12.699	22.968	19.119
Treinamentos	236	414	319
Total	55.882	106.077	88.699

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Água, energia e gás	1.152	1.895	2.076
Aluguéis	4.102	9.089	7.677
Comunicação	1.282	2.392	2.129
Manutenção e conservação	3.156	6.260	5.533
Material de expediente	941	1.795	1.704
Processamento dados	3.428	6.895	6.518
Propaganda e publicidade	1.426	2.756	1.911
Promoções e relações públicas	14.043	26.244	19.023
Serviços do sistema financeiro	3.080	5.728	5.609
Assessoria e consultoria	1.817	2.620	1.429
Auditória externa	56	56	50
Serviços jurídicos	250	419	69
Serviços de terceiros	2.140	3.919	3.082
Serviços de técnicos especializados	5.544	17.373	18.387
Serviços de vigilância e segurança	1.806	3.629	3.060
Serviços de transportes	2.971	5.665	6.872
Depreciação	4.735	9.166	7.447
Amortização (Rateio Confederação)	1.550	3.061	2.822
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.685	7.326	8.604
Emolumentos e taxas diversas	1.678	3.702	2.544
Ressarcimento tarifas	218	363	392
Seguros	114	185	327
Fundo Social - Sicredi	1.903	3.531	211
Outras despesas administrativas	6.332	11.708	8.435
Total	67.409	135.777	115.911

NOTA 27 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Absorção de dispêndios - FATES	3.685	7.328	8.026
Utilização de fundos voluntários	1.904	3.532	575
Lucros na alienação de valores e bens	134	2.867	1.023
Recuperação de encargos e despesas	6.360	8.017	7.637
Reversão de provisões operacionais	650	1.121	779
Reversão de provisões impostos folha	2.507	3.424	2.926
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	3.627	5.863	6.010
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 17)	542	866	1.431
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	-	2.406	4.233
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	805	1.547	1.329
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	735	1.432	2.045
Juros ao capital	3.094	3.094	-
Lucros e dividendos	453	850	1.590
Outras rendas operacionais	892	1.418	1.927
Total	25.388	43.765	39.531

A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, passou a ser registrada em Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços. Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.

NOTA 28 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.348	8.343	11.122
Contribuições Cooperativistas	85	168	200
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	966	1.778	1.440
Contribuição Confederação Sicredi	14.664	27.736	22.396
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.964	4.012	3.514
Encargos da administração financeira	6	10	10
Prejuízo na alienação de valores e bens	63	70	50
Provisões para garantias financeiras prestadas	8.361	14.030	6.347
Provisões para passivos contingentes (Nota 17)	269	348	626
Outras provisões operacionais	2.131	4.562	4.019
Serviços associados a transações de pagamento	20.125	30.422	12.943
Risco operacional	925	1.385	3.718
Juros e comissões	-	23	6
Tarifa serviços folha pagamento servidores	50	88	62
Distribuição de produtos e serviços bancários	98	1.530	9.620
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	970	1.988	2.474
Outras despesas operacionais	2.170	4.054	3.802
Total	57.195	100.547	82.349

NOTA 29 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes das destinações	118.772	226.191	175.067
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	118.772	226.191	175.067

NOTA 30 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de garantias prestadas	1.338.940	751.637
Coobrigações em cessões de crédito	11	22
Total	1.338.951	751.659

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 31 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alças competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normalização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e relatório dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Relatórios periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócio (BIA) são identificados os serviços considerados críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiradas.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade, disponibilidade das informações, a governança e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 32 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	1.359.778	1.130.574
Nível I (NI)	1.325.442	1.096.563
Capital principal - CP	1.325.442	1.096.563
Capital social	578.537	456.524
Reservas de capital	673.702	584.495
Sobras acumuladas	79.338	63.306
Ajustes Prudenciais	(6.135)	(7.762)
Nível II (NII)	34.336	34.011
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	34.336	34.011
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	8.178.891	6.414.611
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	62.668	15.014
Margem de Capital	438.326	442.026
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,63%	17,62%
Situação de Imobilização (Imob)	102.187	81.186
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,52%	7,18%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 33 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 34 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, norma complementar a Resolução CMN nº 4.966, no qual divulgou os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de "SPPJ"), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

As Cooperativas Singulares e as Centrais, aprovaram internamente em sua governança, o plano de implementação com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025.

O resumo do plano está demonstrado a seguir:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

O SICREDI organizou internamente em Grupos de Trabalhos, no qual estão atuando nas aplicações dos conceitos da nova norma, incluindo: aplicação de novas metodologias, políticas, processos e consequente reflexos sistêmicos.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O processo completo de implantação será concluído até a data de entrada em vigor das normas.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a novas estruturas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados através das Instrução Normativa BCB nº 426 a 433 de 1/12/2023. As avaliações dos impactos do plano de contas estão em andamento com revisão do projeto.

b) Lei nº 14.467 de 16/11/2022

A Lei 14.467 publicada em 16 de novembro de 2022, prevê novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 ("IFRS 9"), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade".

Roberto Menezes de Vargas

Diretor Executivo

CPF: 681.998.300-00

Almir Augusto Martini
Diretor de Operações
CPF: 395.247.361-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20